

A CONSTRUÇÃO DOS CORPOS LESBIANOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL ENTRE OS ANOS 70 E A ATUALIDADE

Patrícia Lessa – PPG-UNB/UEM

Os movimentos lesbianos tomam corpo entre os movimentos de mulheres e os movimentos gays. Nos movimentos feministas não é sem tensões que a temática lesbiana é colocada em pauta, o que as une a dimensão política na análise da instituição patriarcal (RICH, 1981; CHAMBERLAND, 1996), já com o movimento gay a aproximação se faz através da proximidade da constituição do estigma. Entre um e o outro movimento encontramos os registros de uma interdição.

A marca da lesbiandade é a do silêncio, ela é ocultada ou restam poucos traços para encontrarmos um fio condutor que nos aproxime de sua presença no tempo e nas diferentes sociedades. O que tem sido escrito sobre as lesbianas? Onde suas falas aparecem? Nos estudos feministas? Na história das mulheres? Quem são as Lésbicas? Já desde os anos 70, autoras como Moque Wittig e Adrienne Rich falavam das lésbicas como uma identidade política, como uma estratégia para quebrar o binarismo do social, pois existe uma impossibilidade material dessa polaridade se pensar que é uma relação onde o “homem”, pólo superior da relação heterossexista, não está presente. É justamente a ausência do masculino na relação entre mulheres a causa de sua recusa ou mesmo deturpação ao longo da história. São as reviravoltas da historiografia que possibilitaram uma abertura aos estudos das mulheres, dos gays e das lesbianas, prioritariamente na compreensão da história como prática discursiva que as estudiosas e estudiosos irão ancorar seus debates.

Para O’ Brien (2001), na década de 70 inicia-se um processo de reconhecimento da obra foucaultiana. Esse autor formula seu próprio objeto como sendo o de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais em nossa cultura, os seres humanos são transformados em sujeitos” (O’ BRIEN, 2001, p. 45). Estuda a cultura através das tecnologias de poder e na história da civilização ocidental de Foucault encontra-se o princípio organizador do poder, que é, diferindo da perspectiva

marxista, uma estratégia atribuível a funções (disposições, manobras táticas e técnicas), existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social. E, nesta sua formulação o discurso ocupa lugar privilegiado em seus estudos.

A reviravolta no campo histórico, que ao abordar a temática dos excluídos e com o desenvolvimento da história cultural, preocupada com as identidades coletivas, criou as condições e contribuiu para o desenvolvimento da história das mulheres. Não uma história da mulher, no sentido universalizante, que impede de ver a diversidade (sexual, étnica, racial, religiosa, etc), mas uma história no plural atenta as diferenças e marcada pelos conflitos e debates feministas. A história está então, mais próxima de “uma prática discursiva que possibilita as mentalidades do presente irem ao passado para sondá-lo e reorganizá-lo de maneira adequada as suas necessidades” (JENKINS, 2001, p. 104). É justamente na sua compreensão de prática discursiva que as teóricas feministas irão ancorar seus debates em torno de uma história no feminino no final dos anos 80 e início dos anos 90.

A década de 80 é marcada por várias discussões em torno das relações entre os sexos. Perrot (RAGO, 2000) perguntava-se sobre a possibilidade de fazer uma história das mulheres, problematiza o perigo da constituição de um novo sujeito universal, a mulher no singular, como uma generalização e absolutização das mesmas. Assim, interrogava-se sobre uma maneira própria das mulheres de “fazer, escrever a história” no feminino e respondia que sim, porque existem interrogações próprias das mulheres e não, se considerarmos que o método, a busca de fontes ainda não rompia com um modelo tradicional.

Para Scott (1994), o projeto da história das mulheres aponta uma ambigüidade, pois, de um lado, ele é considerado um suplemento da história estabelecida (a história humana entendida como a história dos homens, feita pelos homens) e, por outro lado, é um deslocamento radical dessa história, enquanto aponta suas arestas e sua incompletude.

As discussões de gênero foram incorporadas ao debate feminista entre o final dos anos 60 e início dos anos 70. Para Nicholson (2000) o conceito de gênero foi introduzido para complementar o de sexo, pois ao fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito 'sexo' colaborou com a idéia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança. Já para Scott (1994) gênero apresenta-se como uma categoria analítica, como organização social da diferença sexual. Não refletindo as diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas um conhecimento que estabelece significação para as diferenças corpóreas. Também rejeita o caráter fixo e permanente da oposição binária, enfatizando a importância de uma desconstrução nos termos de Derrida. Enfim, o termo surge com significados variados e é usado, basicamente, de duas formas: como objeto de estudo ou como estrutura analítica.

Seu surgimento no cenário dos Estudos Feministas deve-se em grande parte as críticas feitas aos Estudos das Mulheres, por sua constituição de um sujeito universal e conseqüente caráter identitário: a mulher, como essência. Porém, os Estudos de Gênero nunca poderão substituir ou mesmo pretender se sobrepor as Teorias Feministas por sua incapacidade em compreender os sujeitos concretos e porque tiram o caráter hierárquico da construção das subjetividades, como se todos fossem construídos de forma igual, estuda em termos relacionais, com a pretensão de trabalhar com simetrias humanas, o que vem a desfocar a agenda feminista. Sua ampla aceitação nos termos do feminismo deve-se em grande parte ao pejorativo e ao medo que a palavra feminismo desperta como diz Navarro-Swain (2001a, p.12): “decreta-se assim, no senso comum e na análise teórica, o fim do feminismo: afinal, os gêneros não são igualmente construídos socialmente? Entretanto, colocando-se no mesmo assujeitamento ao social a constituição do feminino e do masculino, esquece-se facilmente o caráter hierárquico da generalização do humano”. Enquanto, os Estudos de Gênero nivelam a construção dos corpos no social, os Estudos da Mulher foram amplamente criticados pela constituição de um sujeito universal, que em certa medida,

camufla as diferenças de classe, raça, etnia e sexualidade entre as mulheres. “A Mulher”, no singular, é uma ficção, um mito criado para melhor disciplinar, melhor domesticar, como diz Haraway (1994, p. 250-251):

Não há absolutamente nada a respeito de ser ‘mulher’ que aglutine naturalmente todas as mulheres. Não há nem mesmo este estado de ‘ser’ mulher que é em si uma categoria altamente complexa construída nos discursos científicos sexuais e em outras práticas sociais. A consciência de gênero, raça e classe é uma conquista que nos foi imposta por meio da terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo. E quem é este ‘nós’ na minha própria retórica? Que identidades estão a nossa disposição para fundamentar um mito politicamente tão potente chamado ‘nós’? E, finalmente, o que poderia motivar a inclusão nesta coletividade? Uma fragmentação dolorosa entre as feministas (para não dizer entre as mulheres) ao longo de cada possível linha em branco tornou o conceito de MULHER indefinível, uma desculpa para a matriz das dominações femininas sobre as outras mulheres (...). Mas, por outro lado, tem havido um reconhecimento crescente de uma outra resposta através da coalizão – afinidade, não identidade.

Na política de coalizão a matriz gira em torno do não-lugar, onde o centro é deslocado do universo, privilegiando um sujeito em constante transformação sem fixar sua identidade e por isso, sua mobilidade social. As negras, as latinas, as lesbianas, as operárias são algumas das personagens do feminismo que materializam a impossibilidade de um sujeito universal. Butler (1990) aponta a oposição das mulheres ao feminismo como sugestão dos limites da política de identidade, diz ela: “se alguém é uma mulher, esse alguém não é só isso” (BUTLER, 1990, p.20). A política de identidade só pode ser questionada tendo como fundamento uma teoria que combate à divisão binária do social, bem como a construção dos corpos sexuados e a fixidez e permanência dessas representações. Herdeiras do pensamento foucaultiano, muitas feministas irão mostrar que os corpos divididos em dois sexos opostos e hierarquicamente diferenciados no social são parte de uma construção histórica. Lauretis (1994) utiliza o termo ‘sujeito do feminismo’ para expressar uma concepção que não é a ‘Mulher’, como representação inerente a todas nem mesmo as mulheres, seres reais e historicamente situados, diz ela: “meu próprio argumento em ‘*Alice doesn’t*’ procurava mostrar exatamente isso: a discrepância, a tensão e o constante

deslize entre, a Mulher como representação, como objeto e a própria condição da representação e, de outro lado, as mulheres como seres históricos (...) as mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero” (1994, p.217). O binarismo indica que a identidade feminina depende sempre de seu oposto, criando uma representação baseada na dependência. Como diz Grosz (2000, p.49):

o mais relevante aqui é a correlação e associação da oposição mente/corpo com a oposição entre macho e fêmea, na qual homem e mente, mulher e corpo, alinham-se nas representações. Tal correlação não é contingente ou acidental, é central ao modo pelo qual a filosofia se desenvolveu historicamente e ao modo como ela se vê ainda hoje. (...) A filosofia, como disciplina, exclui subrepticialmente a feminilidade, e como consequência, a mulher, de suas práticas, através de sua decodificação usualmente implícita da feminilidade como desrazão associada ao corpo.

O local de fala de autoras como De Lauretis (1994) e Haraway (1994) lhes possibilita questionar os pressupostos das Teorias Feministas para colocá-los em movimento, elaborando novos conceitos, revisando seus fundamentos e apontando para novas perspectivas políticas, visibilizando a ação das feministas. Os corpos marcados pelo sexo e pela sexualidade mostram a historicidade incontornável do humano. Teóricas como De Lauretis, Butler e Navarro-Swain questionam a divisão binária da sociedade. A importância dada ao sexo, ao aparelho genital, na positividade e na divisão social é uma criação histórica e social, que modela os corpos em dois gêneros hierarquicamente distintos, o que nos leva a interrogar: as mulheres sempre foram vistas como frágeis? Os feminismos surgem justamente para sacudir as evidências dessas representações, questionarem a divisão sexual da sociedade, oporem-se à hierarquização dos gêneros, por isso, suas teorias não podem ser dissociadas de suas ação política, pois, ambas atravessam diferentes áreas do conhecimento.

Os medos que o feminismo desperta levam o senso comum a distorções de suas teorias, bem como, a crença em um objetivo único: a destruição dos homens e a representação social “da mulher” que quer tomar o local dos mesmos, da mulher que quer ser homem e, que “inveja do pênis”. Navarro-Swain (1999), ao discutir o

pensamento de Beauvoir mostra o quanto suas idéias estavam ancoradas nos quadros binários de divisão sexual hierarquizada. No capítulo referente ao lesbianismo, Beauvoir confronta essa personagem social à verdadeira mulher. A verdadeira mulher, diferente da lésbica e da prostituta, possui os atributos, socialmente construídos, referentes ao modelo de feminino. Enquanto a lésbica é relegada à aberração a prostituta é mantida na ordem do discurso, suas existências, ainda assim, são vinculadas ao masculino e a referencia é o homem, pois a primeira é representada como uma imitação do homem e, a segunda, vive em função do mesmo, ‘trabalha’ para o prazer do mesmo.

Assim como De Lauretis (1994), outras estudiosas irão discutir o ideário das essências nas “grandes narrativas históricas e filosóficas”. Estudos já tematizados, com ressalvas, pela citada obra de Beauvoir. Ao dizer que ninguém nasce mulher, mas torna-se, Beauvoir questiona o ideário da essência feminina, tão caro aos tratados científicos e filosóficos. Porém, sua posição quanto à homossexualidade feminina possui aspectos contraditórios que, nos dizeres de Navarro-Swain (1999), a respeito do capítulo dedicado ao lesbianismo: “o traço mais marcante desse texto poderia ser a referência maior e constante ao homem, às relações heterossexuais e sua ‘normalidade’ em suas reflexões sobre o lesbianismo” (1999, p. 114). O feminismo em Simone de Beauvoir estava, portanto, carregado de discursos calcados na normalidade e no moralismo heterossexista. Butler aborda essa questão na obra de Beauvoir e de Wittig (Benhabib & Cornell, 1987, p. 139-154).

Os Feminismos tanto em suas ações como nas suas teorias vieram sacudir as evidências dos modelos totalitários de seres humanos e por isso questionam e apontam os perigos de um modelo, mesmo as homossexualidades correm o risco de padronizarem comportamentos através da apologia do verdadeiro gay, da verdadeira lésbica, do verdadeiro travesti, do verdadeiro transexual. Se as, lesbianas, pensarem o que as une nesta categoria, será que chegarão a um lugar comum? São muitas. Brancas, negras, amarelas, jovens, idosas, trabalhadoras, desempregadas,

apaixonadas, tantas quantas são as possibilidades de se ser. O que as une então? Podemos dizer que é da ordem do político, pois a invisibilidade causa profundos danos aos personagens sociais. Danos e problemas de toda ordem: jurídicos, de atendimento médico, de auto-estima, de exclusão e abandono.

As políticas afirmativas para as lésbicas estão aí, é necessário o enfrentamento ao puritanismo da moral que insiste em negar o que já existe. As lésbicas existem, esse é o ponto de partida que deve sempre ser lembrado, pois não basta existir, mas criar as condições para sua inserção social. Um bom caminho? Que suas vozes possam ecoar em diferentes campos do saber e ao sabor da irreverência mostrar sua pluralidade no social bem como suas lutas nos campos do desejo e da política.

Monique Wittig (1980, p.52-53), em seu texto dedicado às lésbicas norte-americanas, lido em 1978 em New York na Convenção da Associação de Linguagem Moderna, diz:

(...) Esta dimensão da história pertence-nos, já que de algum modo fomos designadas e uma vez que, como disse Levi-Strauss, falamos, vamos dizer que quebramos o contrato heterossexual.

Portanto, isto é o que dizem as lésbicas neste país e nalguns outros, se não com teorias então pelo menos através da sua prática social, cujas repercussões na cultura e sociedade hetero são ainda incalculáveis. Um antropólogo poderá dizer que teremos que esperar 50 anos. Sim, se se quiser universalizar o funcionamento destas sociedades e fazer com que apareçam suas invariantes. Entretanto os conceitos hetero estão minados. O que é a mulher? Pânico, alarme geral para a defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois 'mulher' tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres.

A produção teórica, conceitual sobre a desnaturalização dos corpos, sobre a performatividade dos gêneros, sobre a sexualização das identidades e, principalmente, sobre a biologização das mulheres foi e ainda é um debate feminista de cunho epistemológico, pois diz respeito ao aparato conceitual que aprisiona as mulheres ao seu corpo biológico. Essas discussões tornam-se bastante expressivas em áreas do conhecimento como a História, a Antropologia, a Sociologia e outras. Na Biologia, na

Física e na Química, muitas são as pesquisadoras que se empenham em discutir os valores e interesses generizados nas ciências, cito Hubbard (1993), Haraway (1994) e Harding (2003) como exemplos de teóricas feministas preocupadas com questões epistemológicas. Os estudos feministas atravessam as várias áreas do conhecimento, porém não sem muita resistência e embates teórico-políticos.

O Brasil teve a terceira edição da marcha lesbiana na cidade de São Paulo em 2005, um dia antes da Parada do Orgulho Gay e no final do ano haverá o VI SENALE (Seminário Nacional de Lesbianas), fatos que marcam a aparição social das lesbianas e a construção de um novo campo de estudos. Quem sabe essa nova visibilidade seja o indício de um modo novo de encarar a lesbiandade?